

Lugar e não lugar: estudo sobre o currículo de Pernambuco e um livro didático de Geografia do 06º ano no ensino fundamental

Handerson Phillipe Pereira da Silva

da Universidade de Pernambuco - Nazaré da Mata - Pernambuco - Brasil
handerson.phellipe@upe.br

Doriele Silva de Andrade Costa Duvernoy

da Universidade de Pernambuco - Nazaré da Mata - Pernambuco - Brasil
doriele.andrade@upe.br

Resumo: Este artigo apresenta uma pesquisa que analisou como é abordado o conceito de lugar e de não lugar no Currículo de Geografia de Pernambuco e em um livro didático do 6º ano do Ensino Fundamental. Nessa perspectiva, problematizou-se a abordagem do lugar, enquanto categoria de análise do espaço geográfico, como também a contribuição da geografia humanista e cultural para compreensão do debate acerca de lugar e de não lugar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de abordagem exploratória e descritiva, desenvolvida mediante revisão bibliográfica e análise documental. Para análise de dados, foram aplicados os procedimentos de Análise de Conteúdo, como proposto por Bardin (2010). Constatou-se que, no organizador curricular de Geografia do 6º ano do Ensino Fundamental, o lugar aparece explicitamente citado na primeira unidade temática, não sendo mais mencionado nas demais unidades, nem nos objetos de conhecimento e habilidades. Com isso, não explicita a importância de abordá-lo enquanto categoria de análise, que permeia as demais unidades temáticas. Na análise do livro didático, observou-se que o lugar, enquanto categoria de análise, está presente em apenas uma das unidades e, mesmo nela, as representações figurativas não contemplam a percepção de lugar como espaço vivido. Considerou-se que os conteúdos expressos no livro didático retratam, na maioria das vezes, outros países e concentram realidades do centro-sul brasileiro, o que caracteriza uma limitação para os estudantes do norte-nordeste. Todavia deve-se ressaltar que o professor pode redimensionar os conteúdos, nesse sentido, considerando o lugar como elemento de mediação pedagógica e orientado para sua significação.

Palavras-chave: Lugar; Geografia; Currículo; Livro didático; Ensino Fundamental.

Introdução

O conceito de lugar sempre foi muito discutido por estudiosos da geografia devido às distintas concepções em torno de outros conceitos, por isso, gerando dúvidas e falta de precisão sobre sua definição. Nos últimos anos, com a ascendência da geografia humanista e, sobretudo, da geografia cultural, o conceito de lugar passou a ter destaque na compreensão do espaço geográfico, objeto de estudo da geografia.

Todavia essas novas percepções sobre o conceito de lugar foram pouco difundidas no ambiente escolar e nas práticas docentes porque os instrumentos norteadores, tais

como os livros didáticos, um dos principais recursos utilizados no fazer pedagógico, ainda trazem dicotomias históricas nas abordagens de lugar no ensino de geografia.

Neste contexto, a presente pesquisa buscou analisar, no Currículo de Geografia de Pernambuco e em um livro didático do 6º ano do Ensino Fundamental, como é abordado o conceito de lugar.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de abordagem exploratória e descritiva, desenvolvida mediante revisão bibliográfica e análise documental. Para análise de dados, foram aplicados os procedimentos de Análise de Conteúdo, como proposto por Bardin (2010). Nesse sentido, verificou-se a recorrência da palavra Lugar, em sua presença ou ausência, analisando seus contextos e significados no Currículo de Pernambuco para o 6º ano do Ensino Fundamental e em um livro didático de geografia. Para a análise dos dados, foram adotadas as seguintes etapas metodológicas: organização da análise, codificação, categorização e tratamento dos resultados e inferência.

Neste artigo, inicialmente apresenta-se uma abordagem do lugar na perspectiva da geografia humanista, em seguida, descreve-se como se situa o conceito de lugar no Currículo de Pernambuco para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental e como são indicadas as habilidades que os alunos devem desenvolver ao longo do 6º ano. Por fim, analisa-se a questão do lugar no livro didático de geografia “Expedições Geográficas”, da editora Moderna, elaborado por Melhem Adas e Sérgio Adas, para o 6º ano do Ensino Fundamental.

Geografia humanista: por uma compreensão do lugar e do não lugar

O estudo da geografia é um importante caminho a ser trilhado na construção e compreensão do espaço geográfico, seu objeto de estudo. Isso possibilita aos sujeitos identificarem e perceberem o lugar que os constituem. Para Dias (2015), nessa dinâmica, na qual espaço e lugar ocupam e utilizam os mesmos elementos, é imprescindível, para quem os observa, entendê-los a partir de seus sistemas de objetos, significados e valores, considerando assim o espaço geográfico como “produto das relações entres os homens e dos homens com a natureza, que ao mesmo tempo é fator que interfere nas mesmas relações que os constituíram” (ALVES, 2015, p. 134).

No resultado dessa constante interação homem e natureza é que se fundamenta a ciência geográfica na busca da compreensão permanente desse espaço-lugar. A dinâmica e inter-relação entre ambos vai sendo dotada de experiências de vida,

aprofundam raízes de pertencimento e criam laços de afetividade com significados particulares entre os indivíduos e o meio, como afirma Tuan (2013, p. 76):

O espaço é sem dúvida, mais que um ponto de vista ou um sentimento complexo e fugaz. É uma condição para a sobrevivência biológica. O espaço é uma necessidade biológica de todos os animais, é também para os seres humanos uma necessidade psicológica, um requisito social, e mesmo um atributo espiritual.

Esse autor evidencia o espaço e o lugar como elementos essenciais à existência e à sobrevivência das espécies, incluindo o homem, nessa relação de dependência e proximidade que as ligam desde suas atividades práticas de sobrevivência até as relações e os sentimentos construídos para com o lugar.

Nesse estreito e dinâmico relacionamento se criam e recriam situações cotidianas e surgem as experiências de vida nesse espaço, que se vai tornando lugar de vivência, marcado de simbolismos e significados, concretizados em seus conjuntos de símbolos e ações. Nesse espaço onde mesmo os animais não humanos fazem demarcações a partir de suas experiências biológicas.

Pensando esse lugar como marcas particulares que os indivíduos guardam, a partir de suas experiências, entende-se que são por estas e novas experiências modificadas e ressignificadas. Isso torna o espaço de vivência um lugar mutável e impregnado de sentidos, seja por meio de experiências biológicas, de relações ou pertencimentos. Os lugares são construídos diante da posição ativa da humanidade que os constroem e reconstroem permanentemente, tornando-os parte de suas identidades. Isso reforça a necessidade de compreensão do conceito de lugar na geografia. Nesse sentido, Ferreira (2000, p. 65) atesta:

O conceito lugar, considerado por muito tempo como um dos mais problemáticos da Geografia, tem se destacado, recentemente, como uma das chaves para a compreensão das tensões do mundo contemporâneo [...], o lugar tem se apresentado como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de entendimento de um mundo que se fragmenta e se unifica em velocidades cada vez maiores.

Santos (2008, p. 161) revela uma importante reflexão em torno da relação espaço e lugar ao destacar que “mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar”. O lugar está na essência individual resultante das práticas cotidianas vividas na coletividade. Assim, são atribuídas diferentes funções aos

mesmos lugares e obtêm-se percepções diferenciadas entre os indivíduos ou grupos que dele fazem uso. Santos aponta:

[...] o papel do lugar é determinado. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A experiência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo (SANTOS, 2009, p. 114).

Conforme Kozel (2007, p. 117), “o espaço não é somente percebido, sentido ou representado, mas também vivido. As imagens que as pessoas constroem estão impregnadas de recordações, significados e experiências”. É por isso que, para esse autor, cada lugar é relacionado às experiências vividas pelos sujeitos, com suas funções, ganhando novas configurações e sentidos a partir das experiências das novas gerações, que fazem uso desse mesmo lugar e, por consequência, ressignificado diante da objetividade e subjetividade com a qual é utilizado. Assim, o lugar ganha significados advindos de cada pessoa em seu tempo e com seu propósito, o que faz com que este lugar seja parte de um todo dinâmico e integrante.

O espaço vivido, percebido e experienciado pelo próprio corpo não possui delimitações rígidas e precisas. Sendo assim, toda experiência corporal é, por definição e princípio, uma experiência espacial (LIMA, 2007). Naturalmente, o homem, ocupante do seu espaço geográfico, construído e reformado para satisfação desse agente transformador que edifica seus objetos culturais, ressignifica o espaço constantemente.

Segundo Pallasmaa (2011), tais espaços, construídos e modificados para além das ordens físicas, são também vivenciados e ultrapassam o lugar enquanto espaço concreto e geometricamente mensurável, pois incidem os aspectos abstrato e simbólicos que deixam marcas duradouras. Para ele, o físico e simbólico construídos se mostram diretamente ligados à experiência do indivíduo, e, desse modo, qualquer espaço construído pode ser lembrado por meio das associações do todo para os mundos particulares.

Diante dessa discussão, pode-se considerar os termos “espaço vivido” e “lugar” sinônimos, pois, segundo Tuan (2013), o espaço de intimidade e segurança resulta em lugar, uma vez que este revela o que de particular seus viventes possuem, por conseguinte, tornando-se familiar. Logo, para que esse espaço se torne lugar, deve passar por um processo de apropriação e significação. Lugares são, conseqüentemente, espaços de significados e de símbolos naturais e sociais construídos pelas sociedades ao longo do tempo (TUAN, 2013).

A forma como as pessoas interagem com os lugares varia, e, nesse contexto, a experiência espacial pode envolver situações distintas. Conceitos como apinhamento, espaciosidade, topofolia e topofobia surgem na reflexão dessa relação para com o lugar. A sensação de espaço retirado pela presença de outra pessoa, Tuan (2013) chamou de apinhamento. Enquanto a sensação de estar livre no espaço, de poder movimentar-se nele, o autor denominou de espaciosidade. Além disso, pode existir relação de afetividade ou de fobia, pertencimento ou não para com lugares. Essa relação afetiva e estética, entre pessoas e espaços, Tuan denominou topofilia. Para a ideia contrária, ou seja, aversão ou medo entre pessoas e espaços, apresenta-se o termo topofobia (TUAN, 2013).

Se o lugar é o espaço intimamente reconhecido e experienciado, de outro, o espaço que não há relações e identidades específicas pode ser denominado não lugar. Conforme o etnólogo francês Marc Augé, os não lugares são opostos aos lugares por serem espaços descaracterizados, sem vínculos ou histórias. São, portanto, espaços específicos, com funções únicas, previamente determinadas e indiferentes, em que todos são tratados com impessoalidade (MOCELLIM, 2009). Para ele, as relações que se estabelecem nos não lugares são incoerentes, descontextualizadas, sendo funcionais, no entanto condensadas por não identidades. Assim, o relacionamento pessoal segue padrões preestabelecidos por ordens criadas e materializadas em forma de palavras, sinais, imagens, etc (AUGÉ, 1994). As diferenças que caracterizam os diversos indivíduos, sociedade e, por consequência, seus lugares não se fazem presentes nas instituições e nos espaços dessa natureza. Impessoalidade e homogeneidade são marcas dos não lugares.

Comunicação, circulação e consumo são apresentados, pelo mesmo autor, como três funções características dos não lugares resultantes do atual estágio da globalização; a mundialização é responsável por esse movimento dos lugares por diversos veículos que adentram e fixam-se em novos lugares em detrimento das suas características para o atendimento ao sistema econômico globalizado. Comumente são atribuídos a tais espaços significados de desapegos ou utilização não supérfluos (MOCELLIM, 2009).

Ainda, segundo Marc Augé:

Os não lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada de pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta. (AUGÉ, 1994, p. 36)

A impessoalidade dos não lugares são características que revelam a falta de relações e propriedades nesses espaços, como histórias e conquistas. Desse modo, a

humanização de não lugares envolveria a melhoria na vida diária das pessoas a partir de atributos humanos, perpassando pela satisfação pessoal com o espaço vivido (KOWALTOWSKI, 1989).

Bartoly (2011) problematiza a validade da conceituação e aplicação do lugar na geografia. Partindo das diferenças que podem ser estabelecidas entre o lugar e o local, defende que o lugar, mesmo possuindo uma localização no espaço (local), vai muito além dele. O autor alerta para o erro de lugar como sinônimo de local, e enfatiza a contribuição da corrente humanista no aprofundamento do conceito de lugar. Assim, para ele, o lugar é composto na tensão objetiva (dimensão material, localização do objeto, distribuição do espaço) e subjetiva (abstrata, simbólica e de significados que são atribuídos pelos indivíduos) de uma porção do espaço geográfico, e que seria um grande equívoco privilegiar apenas uma dessas duas dimensões.

Ao tratar do conceito de lugar, Bartoly (2011, p. 74) afirma que “o lugar é produzido a partir da afetividade, da sensação de pertencimento, do modo como nos adaptamos e nos apropriamos das realidades globais que se introduzem no local [...]” e chama atenção sobre as ideias defendidas por Augé e Relph, que se aproximam, em termos de definição e exemplos, do que é lugar e não lugar, sobretudo, ao indicarem o não lugar como “locais que apresentam arquitetura estandardizada, nos quais os modismos, o consumismo e o pragmatismo [...] desvirtuam valores ‘genuínos’, como afetividade, memórias, vivência” (BARTOLY, 2011, p. 78).

Assim, observando os desafios do não lugar, esse autor defende que “nem sempre o que não identificamos como lugar poderá ser classificado como não lugar.” (BARTOLY, 2011, p. 82). Por isso, é importante levar em consideração o papel social do espaço por quem o utiliza, sem impor fronteiras, considerando “as possibilidades de um indivíduo ou grupo social manter relações de afetividade e criar uma história com um espaço estandardizado” (BARTOLY, 2011, p. 75). Alguns exemplos comuns ao contexto de espaços “pasteurizados” são os aeroportos e os *shoppings* para alguns, mas, para outros, tais como seus funcionários, haveria a possibilidade de construir lembranças, afetividades e histórias. A produção do lugar seria, portanto, uma questão de perspectiva.

Com essas análises, Bartoly (2011) enfatiza a fragilidade de classificações *a priori* do que seria lugar e não lugar, pois os indivíduos podem, pela realidade complexa dos lugares, percebê-los e vivenciá-los de maneiras distintas. De tal modo, a construção conceitual e a diferença entre o lugar e não lugar baseia-se nas dimensões da subjetividade para o primeiro, enquanto o segundo superficialmente objetivado para determinados momentos. Por isso, Bartoly (2011, p. 86) insiste que “ambos são

aplicações da construção social do espaço, e que não há como estabelecermos quais espaços são mais autênticos, pois teríamos a difícil tarefa de responder para quem esses espaços seriam mais autênticos ou menos autênticos”.

Observa-se, com essas reflexões, que o lugar está entre os conceitos que abarcam a compreensão do espaço e tem sido inserido no debate a partir de sua ressignificação no campo fenomenológico, no qual as experiências vividas dão-lhe novos sentidos, entendidos por meio de cada experiência. No entanto é válido ressaltar que tal compreensão ainda está concentrada, sobretudo, nos espaços acadêmicos, timidamente abordados nos ambientes e nas práticas pedagógicas do ensino básico no Brasil.

Lugar no currículo de Pernambuco para o ensino de geografia no ensino fundamental

A Geografia, a partir das abordagens no tocante às ações humanas nas diversas sociedades em escala global, regional e local, é componente obrigatório no currículo da Educação Básica no Brasil.

A Geografia, na Educação Básica, tem um importante papel na construção do conhecimento e colaboração ativa na promoção da cidadania, fortalecendo a participação plena dos indivíduos na compreensão e resolução de demandas cotidianas. O currículo de Geografia, nessa perspectiva, requer consistência e significado real para que a escola exerça seu papel social e educativo.

O documento curricular para Educação Básica do estado de Pernambuco explicita:

A educação geográfica contribui para a construção de identidade, partindo do pressuposto do desenvolvimento da compreensão da paisagem geográfica a partir da apropriação do espaço de vivência, da construção coletiva, da relação com os lugares e da diversidade cultural. (PERNAMBUCO, 2019, p. 475)

Assim, o componente curricular Geografia, presente no Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental, traz unidades temáticas, objetos de conhecimentos e habilidades com escalas global e regional, indicando a necessidade de complementação, em sua parte diversificada, das peculiaridades locais.

O Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental é organizado em unidades temáticas do 1º ao 9º ano. Aqui, neste estudo, centra-se a análise especialmente no que concerne à unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo”, que “remete a um

pensar geográfico em que o indivíduo se reconhece como transformador do espaço que ele ocupa” (PERNAMBUCO, 2019, p. 478).

O lugar aparece na estrutura organizacional do Currículo de Pernambuco, enquanto tema na unidade temática, para todos os anos do Ensino Fundamental, seguindo a lógica do micro para o macro ou do local para o global, que também se aplica na estrutura dos livros didáticos.

Para Medeiros (2010, p. 165), “a percepção do espaço deve se desenvolver tanto os aspectos físico-naturais como também os socioculturais, cabendo ao educador propiciar as condições para o estudo dos lugares”.

Na proposta curricular de Pernambuco para os anos finais do Ensino Fundamental, o documento ressalta:

No sexto ano, o estudante é conduzido a pensar o espaço geográfico a partir de sua inserção nos lugares de vivência e compreensão de sua integração nos diversos grupos social. Nesse sentido é importante que o estudante se localize nesse espaço a partir da compreensão de fenômenos físico-naturais e das disputas por recursos e territórios. (PERNAMBUCO, 2019, p. 479)

Observa-se a concepção de lugar no currículo a partir da perspectiva humanista e cultural da geografia, explorando-o como categoria de análise a ser vivenciada e abordada para além da fixação de conceitos.

A unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo” aborda como objeto de conhecimento a “Identidade sociocultural no espaço vivenciado” e busca desenvolver nos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental as seguintes habilidades:

(EF06GE01PE) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos e espaços como resultante de interações entre agentes naturais e humanos responsáveis pela produção e organização do espaço geográfico.

(EF06GE02PE) Conhecer e analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários das diversas localidades, visando compreender as relações estabelecidas entre os diferentes agentes sociais que revelam formas e interesses distintos para utilização da natureza e organização da vida em sociedade.

Na primeira unidade temática proposta pelo Currículo de Pernambuco para o 6º ano do Ensino Fundamental, percebe-se a presença do lugar enquanto categoria de análise do espaço geográfico, com referência inicial a uma abordagem fenomenológica, numa perspectiva ampla de compreensão de espaço de vivência. No entanto, ao definir as habilidades, limita as possibilidades de expansão dessa categoria, historicamente dicotômica, contradizendo a proposta geral do documento.

A unidade temática conexões e escalas, propõe-se como objeto de conhecimento as “Relações entre os componentes físico-naturais”, indicando as seguintes habilidades:

(EF06GE03PE) Descrever e compreender os principais movimentos do planeta Terra e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os diferentes padrões climáticos existentes no planeta.

(EF06GE04PE) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal, reconhecendo as diferentes formas de utilização desse recurso como resultado do uso e os impactos provocados nos ambientes urbanos e rurais.

(EF06GE05PE) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais nas diferentes zonas térmicas do planeta, como fruto da dinâmica entre os elementos naturais que compõem o espaço geográfico e que são responsáveis pela existência de diferentes paisagens do planeta.

A segunda unidade temática centra-se em habilidades gerais para compreensão desse espaço total, mas constituído de elementos e processos que, para entendê-los em sua totalidade, é mais significativo perceber à parte, em um recorte de escala mais próximo dos agentes, neste caso, o lugar. Os aspectos físicos são os elementos vistos e sentidos na paisagem vivida. Mesmo assim, a categoria lugar é posta de maneira subjacente a outras categorias, que induzem a um olhar geralmente afastado dele em escala e sentidos.

A unidade temática “Mundo do Trabalho” propõe como objeto de conhecimento a transformação das paisagens naturais e antrópicas, indicando o desenvolvimento das seguintes habilidades:

(EF06GE06PE) Identificar as principais características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização, como resultado de interesses distintos e que refletem a dinâmica da sociedade e da economia, atendendo a lógica de um determinado modo de produção.

(EF06GE07PE) Conhecer e explicar as mudanças na interação humana com a natureza e o surgimento das cidades a partir de necessidades e diferentes interesses, resultando nas formas distintas de organização socioespacial.

A categoria de paisagem é apresentada na unidade temática como recorte do espaço geográfico a ser analisado. Entretanto a percepção de paisagem limita as múltiplas compreensões sobre o que é visto, sentido, etc., sem uma conexão clara com a categoria de lugar. Essa generalização das categorias geográficas no texto e contexto das habilidades contribui para um olhar exclusivamente objetivo.

A unidade temática “Formas de representação e pensamento espacial” propõe como objeto de conhecimento os fenômenos naturais e sociais representados de diferentes, indicando o desenvolvimento das seguintes habilidades:

(EF06GE08PE) Medir e relacionar distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas, identificando e compreendendo seus demais elementos (título, legenda, rosa-dos-ventos, fonte), coordenadas geográficas.

(EF06GE09APE) Identificar e compreender os diversos fusos horários, caracterizando a variação das horas na superfície terrestre e suas implicações nos estudos cartográficos.

(EF06GE09PE) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, inclusive para estudantes com necessidades educativas específicas, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.

Essa unidade temática propõe habilidades acerca das formas de representações, orientações e localizações no espaço geográfico, sem fazer menções à categoria lugar, recorte mais próximo e dotado das experiências entre os indivíduos que os integram, nos sistemas de objetos que são as referências necessárias aos procedimentos de compreensão dos objetivos propostos.

A unidade temática “Natureza, ambientes e qualidade de vida” aborda como objeto de conhecimento a “Biodiversidade e ciclo hidrológico” e busca desenvolver, nos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, as seguintes habilidades:

(EF06GE10PE) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de culturas, terraceamento, aterros, curvas de nível, etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição, etc.), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares, visando atender interesses distintos de diferentes formas de organização do espaço geográfico.

(EF06GE11PE) Conhecer e analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo, resultantes do modelo capitalista.

(EF06GE12PE) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso sustentável das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos e rurais.

O lugar fica mais uma vez ausente, mais uma unidade temática construída e pautada na subjetividade do lugar, na tímida expressão “local”. As habilidades propostas na análise dos solos, relevos e hidrografia não estabelecem ligação direta na estrutura do texto para com o lugar de vivência, onde esse espaço, concebido e percebido, precisa necessariamente dar-se no/com o solo, enquanto elemento vital para a sobrevivência da espécie humana.

A unidade temática “Natureza, ambientes e qualidade de vida” propõe como objeto de conhecimento as atividades humanas e dinâmica climática, indicando o desenvolvimento das seguintes habilidades:

(EF06GE13PE) Conhecer, compreender e analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor, inversão térmica, efeito estufa, destruição da camada de ozônio, chuva ácida e alterações na amplitude térmica) como resultado da interação entre os agentes sociais e econômicos, buscando atender a diferentes interesses, tendo como consequências impactos socioambientais que influenciam a qualidade de vida.

A qualidade de vida é percebida e materializada no lugar, entendido como espaço onde se (re)constroem a moradia e outros elementos culturais necessários à existência e à sobrevivência, a partir das relações permanentes com o meio. Nessa realidade e nesse espaço delimitado é possível perceber os efeitos dessas transformações no lugar e no espaço.

Diante desses destaques, constatou-se que, no organizador curricular de Geografia do 6º ano do Ensino Fundamental, o lugar aparece explicitamente citado na primeira unidade temática, não sendo mais mencionado nas demais unidades temáticas, nem nos objetos de conhecimento e habilidades. Com isso, não explicita a importância de abordá-lo enquanto categoria de análise, que permeia as demais unidades temáticas. Por isso se acredita que seja oportuno interligar os objetos e as habilidades das demais unidades, como conexões e escalas, mundo do trabalho, formas de representação e pensamento espacial e natureza, ambiente e qualidade de vida, ao lugar de vivência.

Outros estudos têm sido realizados, em diversas partes do país, interessados no conceito de lugar e de outras categorias geográficas no currículo da Educação Básica. Dias (2015) apresenta uma experiência em sala de aula, propondo uma reflexão com base na geografia humanista e pautada nas experiências dos sujeitos no lugar. Ela discute os direitos à aprendizagem em Geografia, presentes no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Programa do MEC), particularmente, o direito a “Conhecer e valorizar as relações entre as pessoas e o lugar: os elementos da cultura, as relações afetivas e de identidade com o lugar onde vivem”. A autora norteou suas reflexões em torno da garantia de direitos de aprendizagem em Geografia, em consonância com as vivências dos alunos e como o lugar pode tornar-se objeto desses encontros entre saberes a serem abordados em sala de aula. A partir disso, ela colocou, no centro das reflexões, o lugar para geografia e a leitura do mundo dos sujeitos, pois, para ela, “o lugar pela experiência se consolida como pressuposto para a sua construção conceitual [...] [evidenciando] a força da relação entre sujeitos e experiência na percepção do espaço” (DIAS, 2015, p. 217).

Suess e Leite (2015) também realizaram uma pesquisa sobre o conceito de lugar a partir de uma experiência pedagógica com os alunos do 6º ano. Eles buscaram explorar o mundo vivido pelos estudantes e mediar o processo de construção do conhecimento a respeito do lugar e do espaço geográfico, partindo de conceitos espontâneos para uma versão científica de lugar. Os autores adotaram o conceito de lugar na perspectiva da geografia humanista para enfatizar a importância das percepções e convicções dos estudantes sobre seus próprios lugares, como também a perspectiva freiriana, enfatizando a importância do saber ingênuo como ponto de partida para o conhecimento que os alunos criam do mundo e como base para construção do conceito científico de lugar. Por fim, os autores defendem que, para uma visão de geografia mais próxima da realidade dos alunos, é fundamental que estes descubram o que sabem do seu meio vivido, muito além do livro didático, para que a escola assuma seu papel de sistematização e exercício do rigor metódico.

Dessa forma, as concepções apresentadas não devem ser vistas como empecilho, mas como ponto de partida para uma educação mais problematizadora, crítica e humanista. Nós professores devemos assumir a responsabilidade e reconhecer que a Geografia pode atuar e contribuir pedagogicamente para o desenvolvimento de concepções de mundo, sendo assim, lutemos para uma fazer pedagógico que permita desenvolver nos alunos um olhar independente, emancipatório e humanista. (SUESS; LEITE, 2015, p. 97)

Em vista disso, o lugar ultrapassa o campo disciplinar da Geografia para promover um diálogo entre educação e contemporaneidade, articulando o local/global, que é uma necessidade do contexto escolar (LEITE, 2012). Por conseguinte, mediar o processo de construção de conhecimentos, por meio do lugar, apresenta-se como um campo aberto e fértil de exploração que objetiva conferir significados ao ato de aprender.

O contexto atual, resultante da globalização econômica, distancia cada vez mais as pessoas de seus espaços de vivência, mesmo estando neles, levando-os a um distanciamento da apropriação do seu lugar para a valorização do outro que lhe é apresentado e enaltecido como o melhor, superior.

Em consonância com Carvalho Sobrinho (2018), destaca-se a necessidade de estudar o lugar como condição indispensável para o entendimento da realidade, sobretudo, no contexto da globalização; bem com Leite (2002), que situa o lugar como possibilidade concreta de atuação e como resgate do espaço vivido, possibilitando aos sujeitos perceberem o seu pertencimento, colocando-o como parte do todo. “No tocante às relações de ensino-aprendizagem de Geografia nas séries iniciais de escolarização, tais pressupostos podem ser viabilizados a partir do estudo do lugar” (LEITE, 2002, p. 276).

Lugar nos livros didáticos de geografia do 6º ano do ensino fundamental

Os livros didáticos dão suporte à prática pedagógica docente em todo Brasil, a partir da Lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que estabeleceu as condições de produção, importação e utilização no país.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita. A distribuição é feita para escolas públicas de Educação Básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital, como também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público.

É de suma importância a compreensão dos desdobramentos da implementação dessa política educacional, considerando o impacto desses materiais, que mais diretamente chega à população, mesmo que circulem apenas entre professores e estudantes.

Callai (2016) propõe uma reflexão sobre o PNLD por duas vias, de um lado, o processo de produção e distribuição nas escolas públicas; e, do outro lado, o processo de escolha e uso do livro didático pelo professor. Com isso, a autora destaca o livro didático como instrumento de democratização de acesso ao conhecimento, pois, muitas vezes, ele é o único recurso de pesquisa e informação que adentra nos lares brasileiros. Todavia destaca também o risco de homogeneização da tão diversa realidade nacional. Por isso é importante salientar que este material didático requer, sempre, complementações, adequações e um olhar atento e crítico aos conteúdos propostos.

Copatti e Santos (2022), em suas pesquisas sobre o PNLD, sobretudo, quanto aos livros didáticos de geografia, enfatizam o papel desse material para a formação cidadã. Para eles, a escolha dos livros didáticos pelos professores deve levar em consideração elementos essenciais como a qualidade da proposta, a qualidade teórica e metodológica, a qualidade didático-pedagógica, a qualidade argumentativa e problematizadora. Mais especificamente, qualidade gráfica, atividades sugeridas, textos complementares, *links* para acesso. Os autores defendem que os livros didáticos “precisam convergir para a perspectiva de formação para a cidadania, relacionando conhecimentos científicos e escolares, no intuito de repensar realidades e propor o exercício ativo da cidadania no sentido de provocar mudanças sociais” (COPATTI; SANTOS, 2022, p. 22).

Para serem aprovadas, as obras precisam atender a padrões preestabelecidos pelo MEC, entre essas exigências está o atendimento à Base Nacional Comum Curricular. Contudo o lugar, enquanto espaço de vivência e categoria de análise do espaço geográfico, precisa ser contemplado em todos os anos do Ensino Fundamental nos livros do componente curricular Geografia. Cabe, nessa perspectiva, analisar como esses lugares se apresentam nos capítulos, unidades e eixos das obras adotadas pelas redes de ensino. Perante tais aspectos, como o lugar é abordado no livro didático “Expedições Geográficas”? Material este que, no presente estudo, foi analisado.

Livro didático expedições geográficas – 06º ano do ensino fundamental

Para aprofundar o estudo sobre o conceito de lugar, foi analisado um livro didático para o 6º ano do Ensino Fundamental da coleção “Expedições Geográficas”, em sua terceira edição publicada em 2018, pela editora Moderna, de autoria de Melhem Adas e Sérgio Adas.

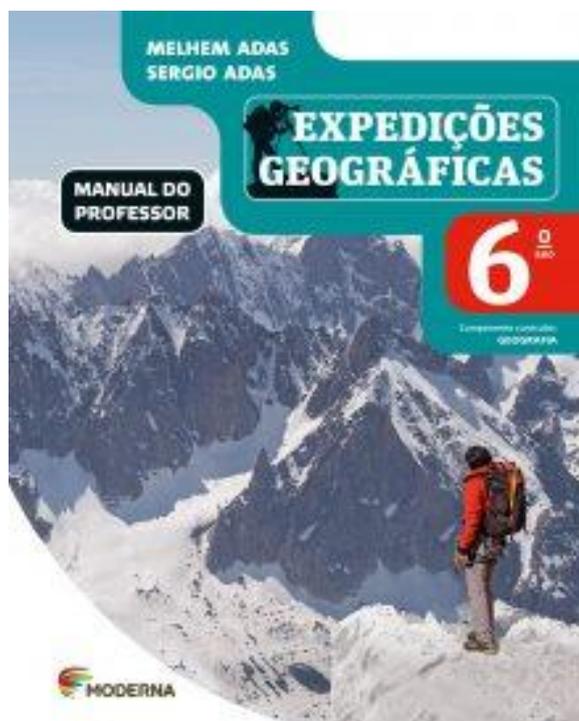


Figura 1 - Capa do Livro Didático Expedições Geográficas 6º ano
Fonte: Adas, M. e Adas, S. (2018)

A elaboração dos livros da coleção baseou-se no referencial curricular e nos fundamentos pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada

em dezembro de 2017, e está estruturada no desenvolvimento de competências e habilidades, consideradas aprendizagens essenciais.

Na BNCC, define-se competências como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioeconômicas), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

O primeiro autor do livro é Bacharel e Licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor da Educação Básica e Superior, na rede pública, e em escolas privadas do estado de São Paulo. Já o segundo autor é Doutor em Ciências – Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo.

No que tange às questões mercadológicas, a obra apresenta capa resistente e com encadernação tipo brochura. Em seu interior, encontram-se imagens, gráficos, tabelas, mapas, charges, entre outros recursos de cores diferenciadas e com papel de boa qualidade, aspectos que se tornam importantes para chamar atenção do aluno. Para os termos mais complexos, apresenta um glossário no decorrer do livro, tendo como objetivo a compreensão dos conceitos ali apresentados.

No pouco aporte que remete a lugares fora das regiões Centro-Sul do Brasil, ao retratar um ambiente poluído (lixão), faz referência a uma unidade federativa da região Nordeste. Na vertente deste estudo, considera-se que aquilo que é representado como lugar para muitos brasileiros nordestinos e de outras regiões pode, na mesma medida, ser não lugar para outros que vivem na mesma região.

Com 248 páginas, o livro está organizado em 8 unidades: Unidade 1 – Espaço, paisagem, lugar e território; Unidade 2 – Conhecimentos básicos de cartografia; Unidade 3 – O planeta Terra e a circulação geral da atmosfera; Unidade 4- Os climas e as vegetação natural, Unidade 5 – O ciclo da água e o relevo continental; Unidade 6- Os recursos hídricos e seus usos; Unidade 7 – Agropecuária; e Unidade 8- Indústria, sociedade, espaço e urbanização.

O lugar, enquanto categoria de análise, está presente em apenas uma das unidades; e, mesmo nela, as representações figurativas não contemplam a percepção de lugar como espaço vivido. Na realidade, apresenta-se como não lugares, com exceção para os indivíduos que vivem ou mantêm relações com os lugares apresentados.

Em relação às questões didáticas, o livro apresenta exemplos que fazem referência a seus próprios textos complementares, bem como suas imagens, gráficos e tabelas. Entretanto o livro foi organizado sem a preocupação de relacionar os conteúdos das demais unidades, tornando-os fechados em si mesmos, sem uma continuidade temática. Desse modo, deixa de fornecer uma sequência sistemática ao estudante no percurso de sua aprendizagem relacionada à categoria lugar.

Não foram detectados erros ortográficos e as informações estão, de modo geral, atualizadas. Imagens, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos são referenciados e possuem fonte e data de publicação. Desenhos, fotografias, gráficos, representações cartográficas são nítidos, sendo um relevante aspecto para boa visualização quanto ao que se pretende relacionar. E relacionam-se ao texto, não ao contexto das realidades de muitos lugares espalhados pelo país.

Não foi identificado estímulo para pensar, por meio da categoria lugar, a relação dos conteúdos abordados no livro com o vivido pelos estudantes. Pode-se inferir que os conteúdos expressos nesse livro didático retratam, na maioria das vezes, outros países e concentram realidades do centro-sul brasileiro, o que caracteriza uma limitação para os estudantes do norte-nordeste.

As atividades propostas nas várias unidades não valorizam o lugar, pois foram identificadas poucas vezes, nas quais se conduz o aluno a pensar a relação dos conteúdos com o seu espaço vivido. Vale lembrar que, de forma geral, o livro não evidencia uma preocupação com a categoria lugar, tampouco suas possibilidades de uso orientadas à aprendizagem do aluno.

Todavia deve-se ressaltar que o professor pode redimensionar e relacionar os conteúdos, considerando o lugar como elemento de mediação pedagógica e orientado à sua significação, o que possibilita levar a uma compreensão mais efetiva dos fenômenos geográficos.

Considerações finais

A presente pesquisa foi pautada na compreensão do lugar e do não lugar enquanto categoria de análise. Nesse sentido, por meio de estudos bibliográficos e documental, analisou-se a proposta do livro didático do 6º ano do Ensino Fundamental, da coleção Expedições Geográficas, da editora Moderna, e a proposta curricular de Pernambuco para o Ensino Fundamental.

Seguindo vertentes de abordagens direcionadas ao espaço de vivência e suas relações com as concepções geográficas, numa perspectiva humanista e cultural, constatou-se que, no Currículo de Pernambuco para o 6º ano do Ensino Fundamental, apenas a primeira unidade temática faz referência à categoria de lugar, não sendo mais mencionado nas demais unidades, nem nos objetos de conhecimento e habilidades. Desta forma, não o aborda enquanto categoria de análise que permeia as demais unidades temáticas.

Na análise do livro didático, detectou-se que o lugar, como categoria de análise, está presente em apenas uma das unidades e, mesmo nela, as representações figurativas não contemplam a percepção de lugar enquanto espaço vivido. Por conseguinte, infere-se que os conteúdos expressos no livro didático retratam, na maioria das vezes, outros países ou concentram realidades do centro-sul brasileiro, o que caracteriza uma limitação para os estudantes do norte-nordeste. Todavia deve-se ressaltar que o professor pode redimensionar os conteúdos, considerando o lugar como elemento de mediação pedagógica e orientado para sua significação.

Tais considerações reafirmam a importância do lugar no processo de aprendizagem dos estudantes em Geografia. Ao considerar essa premissa, é possível elencar algumas considerações acerca do livro didático de geografia: esse instrumento deve promover a inserção do estudante no processo de aprendizagem, para que o indivíduo se (re)conheça como sujeito atuante no seu mundo vivido, com implicações concretas em seu mundo não vivido, além de aguçar a curiosidade e criar as condições para que seja compreendida a ideia de que o espaço é uma construção social no qual o indivíduo se insere.

Place and non-place: a study of the Pernambuco school curriculum and of a geography textbook for the 6th grade of elementary school

Abstract: This article presents a research aimed at analyzing how the concept of place and non-place is addressed in the Geography School Curriculum of Pernambuco State for Elementary School, along with the analyses of a 6th grade textbook. This research problematizes the approach of place, as a category of analysis of the geographic space, as well as the contribution of humanistic and cultural Geography to the understanding of the debate about place and non-place. This is a qualitative research, of exploratory and descriptive approach, developed through bibliographical revision and documental analysis. For data analysis, we applied Content Analysis, proposed by Bardin (2010). We found that, in the organizer of Geography school curriculum of the 6th grade of primary schools, the place is explicitly mentioned in the first thematic unit, not being mentioned afterwards in the other units, nor in the objects of knowledge and skills. Thus, it does not make explicit the importance of addressing it as a category of analysis, which permeates the other thematic units. About the textbook analysis, we observed that the place, as a category of analysis, is present in only one of the units and even there the figurative representations do not contemplate the perception of place as a lived space. We consider that the contents expressed in the textbook are portraying, most of the times, other countries and concentrates realities of the Brazilian

center-south, which characterizes a limitation for the students of the north-northeast. We emphasize that the teacher can remake the contents, considering the place as an element of pedagogical mediation, oriented towards its meaning.

Keywords: Place; Geography; School Curriculum; Didactic Book; Elementary School.

Lugar y no lugar: um estudo sobre o plano de estudo de Pernambuco, Brasil y um libro de textos de Geografia del 6º ano grado de la escuela primaria

Resumen: Este artículo presenta una investigación que buscó analizar cómo se plantea el concepto de lugar y no lugar en el Plan de Estudios de Geografía de Pernambuco-Brasil para la Escuela Primaria y en un libro de texto de 6º grado. De esta forma, esta investigación problematiza el enfoque del lugar, como categoría de análisis del espacio geográfico, así como la contribución de la Geografía humanística y cultural a la comprensión del debate sobre el lugar y el no lugar. Se trata de una investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva, desarrollada a través de revisión bibliográfica y análisis documental. Para el análisis de los datos, se aplicaron los procedimientos de Análisis de Contenido propuestos por Bardin (2010). Se constató que, en el organizador curricular de Geografía del 6º grado de la Enseñanza Fundamental, el lugar aparece explícitamente mencionado en la primera unidad temática, no siendo mencionado en las otras unidades ni en los objetos de conocimiento y habilidades. Por lo tanto, no hace explícita la importancia de abordarlo como categoría de análisis, que permea las demás unidades temáticas. En el análisis del libro de texto, se ha observado que el lugar, como categoría de análisis, está presente sólo en una de las unidades e incluso allí las representaciones figurativas no contemplan la percepción del lugar como espacio vivido. Se considera que los contenidos expresados en el libro de texto están retratando, la mayoría de las veces, otros países y concentran realidades del centro-sur brasileño, lo que caracteriza una limitación para los estudiantes del norte-nordeste. Sin embargo, cabe destacar que el docente puede redimensionar los contenidos, considerando el lugar como elemento de mediación pedagógica, orientado hacia su significado.

Palabras clave: Lugar; Geografía; Plan de Estudios; Libro de texto; Enseñanza Fundamental.

Referências

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. **Expedições Geográficas**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

ALVES, Glória da Anunciação G. A. Cidade, cotidiano e TV. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 134-144.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARTOLY, Flávio. Debates e perspectivas do lugar na geografia. **GEOgraphia**, v. 13, n. 26, p. 66-91, 2011. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2011.v13i26.a13625>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. BRASIL, Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CALLAI, Helena Copetti. O livro didático no contexto dos processos de avaliação. **OKARA: Geografia em debate**, p. 273-290, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/31203/16316>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CARVALHO SOBRINHO, Hugo de. Geografia escolar e o lugar: a construção de conhecimentos no processo de ensinar/aprender geografia. **GeoSaberes: Revista de Estudos Geoducionais**, v. 9, n. 17, p. 1-17, 2018. <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v9i17.625>

COPATTI, Carina; SANTOS, Leonardo Pinto. Política Nacional do Livro Didático e o Ensino de Geografia: um olhar sobre a formação cidadã. **Revista Verde Grande: Geografia e interdisciplinaridade**, v. 4, n. 01, p. 05-23, 2022. <https://doi.org/10.46551/rvg26752395202210523>

DIAS, Juliana Maddalena Trifilio. Direitos de Aprendizagem em Geografia: o lugar em sua potência. **Educação em Foco**, p. 203-220, 2015. <https://doi.org/10.22195/2447-52462015019679>

FERREIRA, Luiz. Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Território**, Ano 5, n. 9, p. 65-83, jul./dez. 2000.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. Knatz. Arquitetura e humanização. **Revista Projeto**, n. 126, p. 129-13, 1989.

KOZEL, Salette. Mapas mentais - uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. *In*: KOZEL, Salette.; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto. (Orgs.). **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem – EDUFRO, 2007. p.114-138.

LEITE, Cristina Maria Costa. **O lugar e a construção da identidade: os significados construídos por professor de Geografia do ensino fundamental**. 222 f. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LEITE, Cristina Maria Costa. Geografia no ensino fundamental. **Revista Espaço e Geografia**, v. 5, n. 2, p. 245-280, 2002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39713/30875>. Acesso em: 30 de mar. 2022

LIMA, Elias Lopes de. Do corpo ao espaço: contribuições da obra de Maurice Merleau-Ponty à análise geográfica. **Geographia**, n. 18, p. 65-84, 2007. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i18.a13543>

MEDEIROS, Paulo César. **Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Geografia**. 2. ed. Curitiba: IESD, 2010.

MOCELLIM, Alan. Lugares, não lugares, lugares virtuais. **Em Tese**, v. 6, n. 3, p. 77-101, jan./jul. 2009. <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2009v6n3p77>

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: A arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco: Ensino Fundamental**. Recife: SEED, 2019. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SUESS, Rodrigo Capelle; LEITE, Cristina Maria Costa. Estudar o Lugar para compreender a si mesmo e o mundo: análise de uma experiência pedagógica em Geografia desenvolvida com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 6, n. 12, p. 74-98, 2016. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/341/220>. Acesso em: 20 set. 2021

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

Sobre os autores

Handerson Phillippe Pereira da Silva - Discente do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Pernambuco. Professor da rede estadual de ensino de Pernambuco.

Doriele Silva de Andrade Costa Duvernoy - Doutora em Educação pela Université Lumière Lyon 2- França. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade de Pernambuco.

Recebido para avaliação em maio de 2022

Aceito para publicação em setembro de 2022